

A CONQUISTA DO PÃO

PIOTR KROPOTKIN

A CONQUISTA DO PÃO

2ª edição revista

Robson Achiamé, editor
Rua Clemente Falcão, 80-A - Tijuca
20510-120 - Rio de Janeiro - RJ
Telefax: (0xx21) 2208-2979
letralivre@gbl.com.br
www.achiamé.com

achiamé

Rio de Janeiro
2011

A presente obra foi revisada a partir da edição da "Organização Simões", Rio de Janeiro, Brasil, 1953.

Tradução
Cesar Falcão

Revisão do texto e adaptação linguística
Robson Achiamé e Winter Bastos

Capa
Gabriel Amorim

SUMÁRIO

As linhagens de um clássico – <i>Alexandre Samis</i>	7
Prefácio – <i>Elisée Reclus</i>	13
A riqueza	19
O bem-estar para todos	25
O comunismo anarquista	31
A expropriação	37
Os produtos	45
A habitação	59
O vestuário	65
As vias e os meios	67
As necessidades do luxo	72
O trabalho agradável	81
A liberdade de entendimento	87
Objeções	97
O salariado coletivista	109
Consumo e produção	120
Divisão do trabalho	125
A descentralização das indústrias	127
A agricultura	135

Kropotkin, Piotr Alexeyevich, 1842-1921 A Conquista do Pão/
Piotr Alexeyevich Kropotkin; tradução Cesar Falcão – Rio de Janeiro:
Achiamé, 2011. 152 p.; 23 cm.

ISBN 978-85-60945-76-4

Tradução de: La Conquête du Pain.
1. Anarquismo e anarquistas I. Título.

CDD 320

CDU 321

AS LINHAGENS DE UM CLÁSSICO

Alexandre Samis*

Ainda na primeira metade do século XIX, no ano de 1840, a obra de Pierre-Joseph Proudhon, *O Que É a Propriedade?*, lançava as bases intelectuais e teóricas do anarquismo moderno. Escrito originalmente para ser apresentado como um trabalho monográfico o texto além de criticar duramente o sistema de privilégios de sua época, investia, igualmente, contra as insuficientes análises de Saint-Simon e Fourier. O conteúdo foi, logo a seguir à sua publicação, condenado à proscricção e seu autor punido com base no código penal da França da dinastia de Orléans.

Em seu livro, Proudhon atacava frontalmente a propriedade privada e, na via inversa do limitado “liberalismo orleanista”, asseverava que:

“Se a propriedade é um direito *natural*, esse direito natural não é *social* mas *antissocial*. Propriedade e sociedade são coisas que invencivelmente repugnam uma a outra: é tão impossível unir dois proprietários como juntar dois ímãs pelos polos semelhantes. É preciso que a sociedade pereça ou então elimine a propriedade”¹.

Em oposição à propriedade recomenda a posse, a ocupação pura e simples do solo e de tudo mais que é de interesse coletivo, de “utilidade geral”: “Todo o ocupante é, pois, necessariamente, possuidor ou usufrutuário, qualidade que exclui a propriedade”². Diante do exposto

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

1. Pierre-Joseph Proudhon. *O Que É a Propriedade?*. Lisboa: Estampa, 1997, p. 44.

2. *Ibidem*, p. 70.

a propriedade seria um entrave a igualdade entre os entes sociais, um estorvo à felicidade e ainda um atentado à ideia mesmo de coletividade.

A posse ou a ocupação encontraria, com efeito, o seu corolário na produção coletiva. Na ação conjunta do trabalho, de forma complementar, Proudhon percebia o meio mais adequado para a exploração e transformação das reservas naturais. Para ele as “forças coletivas” eram irredutíveis às forças individuais. As forças de grupos, classes e sociedades seriam muito mais produtivas que o simples somatório das forças individuais. Para tanto ele alude:

“Diz-se que o capitalista pagou *as jornas* dos operários; para ser exato é preciso dizer que o capitalista pagou tantas vezes *uma jornada* quantos operários empregou por dia, o que não é exatamente a mesma coisa. Nunca pagou a força imensa que resulta da união e da harmonia dos trabalhadores, da convergência e da conjugação de esforços.

(...) Ora esse fermento reprodutor, esse germe eterno de vida, essa preparação de um fundo e de instrumentos de produção, é o que o capitalista deve ao produtor e que nunca lhe entrega: e é essa recusa fraudulenta que faz a indigência do trabalhador, o luxo do ócio e a desigualdade das condições. É sobretudo este aspecto que consiste o que tão bem se apelidou de exploração do homem pelo homem”³.

Assim:

“Uma força de mil homens agindo durante vinte dias foi paga como o seria a força de um só por cinquenta e cinco anos; mas essa força de mil fez em vinte dias o que a força de um só não conseguiria, repetindo seu esforço durante um milhão de séculos: o mercado está equitativo? Mais uma vez, não: logo, ao remunerar as forças individuais não foi paga a força coletiva; por consequência fica sempre um direito de propriedade coletiva que não adquiriu [o capitalista] e de que goza injustamente”⁴.

Teoria que antecipava em mais de 20 anos o conceito de mais-valia presente na obra *O Capital*, de Karl Marx.

A partir desta concepção materialista da organização social, que não deixa dúvida sobre a importância da ação coletiva dos produtores, Proudhon manteve por toda a sua trajetória teórica a convicção de que os trabalhadores deveriam, com independência do Estado, criar os seus organismos econômicos, simultaneamente base e projeção de uma futura sociedade igualitária. Em conformidade com este juízo, a primordial

tarefa era engendrar, como contradição evidente diante do sistema, experiências de gestão operária dos meios de produção.

Durante a vigência da Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada em 1864, as teses de Proudhon foram defendidas, por diversas formas, e identificadas pelo termo “mutualismo”. Nos dois primeiros congressos da referida entidade, em Genebra (1866) e Lausanne (1867), pontificaram os proudhonianos de matizes variados, na sua maioria operários de Paris. Apesar de ter morrido em janeiro de 1865, ainda que publicados postumamente, os escritos de Proudhon não cessaram de influenciar os debates internacionais.

Foi, todavia, no interior da Internacional, mas principalmente após a Comuna de Paris (1871), que o mutualismo cedeu parte de seu prestígio ao coletivismo. Este, triunfante já no Congresso da Basileia (1869), adicionava ao seu antecessor ingredientes revolucionários mais evidentes. Revigorado pelo pensamento e ação de figuras como o russo Mikhail Bakunin e o francês Eugène Varlin o agora já qualificado anarquismo podia contar com a experiência e o acúmulo teórico de duas das suas formas históricas, o mutualismo e o coletivismo. Neste período não foi pequena a importância de Bakunin que, por força da qualidade de seus escritos, assim como de sua presença nos principais eventos revolucionários, logrou imprimir ao coletivismo o vigor necessário para servir de orientação aos militantes em várias partes da Europa. O coletivismo de Bakunin, no entanto, apesar de sua inquestionável originalidade, manteve um nexos relacional com as premissas mutualistas, facilmente observável na passagem seguinte:

“Quando as associações produtivas e livres cessarem de ser escravas e tornarem-se, por sua vez, as senhoras e proprietárias do capital que lhes será necessário, compreenderão em seu seio, a título de membros cooperados ao lado das forças operárias, emancipadas pela instrução geral, todas as inteligências especiais reivindicadas por cada empresa; quando, combinando-se entre si, sempre livremente, segundo suas necessidades e segundo sua natureza, transpondo cedo ou tarde todas as fronteiras nacionais, elas formarão uma imensa federação econômica, com um parlamento esclarecido por dados tão amplos quanto preciso e detalhados de uma estatística mundial, tal como ainda não pode hoje existir, e que, combinando a oferta com a demanda, poderá governar, determinar e respeitar entre diferentes países a produção industrial mundial, de sorte que não haverá mais crises comerciais ou industriais, estagnação forçada, desastres, esforços nem capitais perdidos. Nesse caso, o trabalho humano, a emancipação de cada um e de todos regerá o mundo”⁵.

5. Mikhail Bakunin. *Catecismo Revolucionário e Programa da Sociedade da Revolução Internacional*. São Paulo: Imaginário/Faisca, 2009, p. 54.

3. *Ibidem*, p. 100-103.

4. *Ibidem*.

Pensamento que levará às últimas consequências em todas as oportunidades, até a sua morte em 1876.

A forma histórica seguinte ao coletivismo, o anarco-comunismo, cuja síntese se verifica na assertiva: “De cada um segundo suas possibilidades; a cada um segundo as suas necessidades”. Longe de superar a congênera anterior fez desta parte integrante da sua estratégia, um critério a ser observado em uma conjuntura de escassez. Uma vez que o coletivismo pregava a distribuição da produção, de maneira parcimoniosa, apenas entre os produtores – diferente portanto dos anarco-comunistas, que defendiam a distribuição da produção sem maiores entraves – este cabia ser aplicado em momentos de crise aguda, principalmente em períodos de transição revolucionária.

O anarco-comunismo, que assumiu esta designação no Congresso da Federação Jurassiana, realizado em Chaux-des-Fonds (Suíça, outubro de 1879), se por uma parte, tentava atualizar a ideologia, corrigindo algumas contradições diante de novas circunstâncias; por outra, mostrou que no seu cerne o anarquismo não apresentava antagonismos. Este período contou com os esforços, não apenas, mas principalmente, de Errico Malatesta, Elisée Reclus e Piotr Kropotkin.

A nova abordagem, em conformidade com a especificidade de cada local, e como reação à repressão generalizada após a Comuna de Paris, ganhou diferentes expressões concretas. Na Itália destacou-se o “insurrecionalismo” e na França e outras partes do continente, a “propaganda pelo fato”. Ambas as estratégias baseavam-se nas teses ilegalistas, cujo foro difusor tinha sido o Congresso Anarquista de Londres, de 14 de julho de 1881. Por força das restrições legais, as chamadas “leis celeradas”, que não permitiam a formalização de organizações operárias, e uma profunda rejeição ao parlamentarismo burguês, os anarquistas, quase sem exceções, mergulharam nas ações armadas.

Após a lei assinada pelo Ministro do Interior da França, Waldeck-Rousseau, em 1884, reconhecendo a formação de sindicatos, inicia-se em muitas partes uma lenta, mas sensível alteração na estratégia anarquista. Agora, muitos dos propagandistas, entre os quais o próprio Kropotkin, que até então esposava a orientação ilegalista, passaram a defender o ingresso dos militantes nos sindicatos. Como corrente autônoma ao socialismo parlamentarista, deveriam os libertários engrossar as fileiras das associações de classe e de suas federações nacionais, com o fito de torná-las o mais possível independentes do Estado.

Por força do exposto, insistindo na necessidade da expropriação dos meios de produção, na organização dos trabalhadores nos campos e nas cidades, na centralidade do trabalho autônomo e coletivo, Kropotkin escreveu *A Conquista do Pão*, em 1888, talvez o seu mais didático e belo livro. Sensivelmente diferente de sua obra anterior, *Palavras de um Revoltado*, de 1885, esta ainda bastante influenciada pelo “ilegalismo”, o texto de 1888 preocupava-se antes com a aliança entre camponeses e operários e a organização econômica da sociedade desde baixo. Não é menos contundente, embora a revolta tenha cedido, em certa medida, espaço à persistência organizativa. Espaço cedido sim, mas não perdido pois o livro é pródigo em alusões aos eventos violentos que caracterizaram a história da luta dos trabalhadores.

Não foi por acaso que *A Conquista do Pão* ganhou uma legião de leitores ao longo do século XX. Foi importante para os revolucionários russos de 1905 e 1917 e para os milicianos na Revolução de 1936; não ficaram indiferentes a ele os estudantes de 1968 e ainda encontrou muitos leitores na Rússia, após o fim da União Soviética, em 1991. Na América Latina, especificamente no Brasil das primeiras décadas do século passado, foi largamente recomendado como leitura básica para anarquistas e sindicalistas revolucionários. No México, durante a Revolução de 1910, auxiliou na formação de uma geração de ativistas do Partido Liberal Mexicano, na sua vertente libertária. Fenômeno que se repetiria em outras partes do continente e mesmo nos EUA.

Afora os seus objetivos imediatos, aqueles que guardavam relação com as demandas específicas de 1888, o texto de Kropotkin chega ao século XXI ainda com inegável vigor. Para além da pertinência da crítica à propriedade privada e a ênfase na necessidade de organização dos explorados, de resto muito atuais, ele encontra ainda poucos rivais, no seu gênero, no seu aspecto didático. Permanece uma obra fundamental pela forma direta e simples que, como no passado, sensibilizou seus leitores. Mantém-se como um clássico da literatura engajada o que, como os seus iguais em condição, nos permite sempre extrair dele alguma importante reflexão sobre o presente. Utilidade que, se comparada às muitas virtudes de estilo e artísticas do texto, facilmente verificáveis nas suas passagens inspiradas e poéticas, poderia nos parecer quase irrelevante.

PREFÁCIO⁶

Elisée Reclus

Kropotkin pediu-me para abrir este livro com algumas palavras minhas. Acedo à sua vontade, mas faço-o, todavia, com um certo constrangimento. E a razão é que, nada trazendo que contribua para robustecer os argumentos do autor, pode suceder até que as minhas palavras tirem força às suas. A amizade, porém, tudo perdoa. Enquanto os “republicanos” consideram um requinte de bom gosto prosternar-se aos pés o czar, eu sinto-me satisfeito e envaidecido por me aproximar daqueles homens dignos sobre quem o déspota, se pudesse, cevaria os seus ódios, mandando-os vergastar nas masmorras de uma cidadela ou enforcar nos fossos de qualquer presidio. No convívio desses amigos esqueço momentaneamente a abjeção dos renegados que na mocidade enrouqueciam a gritar: Liberdade! Liberdade! E que hoje celebram, com tanto entusiasmo, as bodas da *Marselhesa* e do *Boje Tsara Khrasi*⁷.

A última obra de Kropotkin, *Palavras de um Revoltado*, é caracterizada por uma crítica ardente da sociedade burguesa, tão feroz como corrompida, e nela faz o autor um apelo às energias revolucionárias contra o Estado e contra o regime capitalista. A obra atual, sequência das *Palavras*, é mais calma e ponderada. Nela se dirige Kropotkin aos homens de boa vontade que desejam honestamente colaborar na transformação social e expõe-lhes, a grandes traços, as fases da história iminente que nos permitirão, enfim, constituir a família humana sobre as ruínas dos bancos e dos Estados.

6. Prefácio retirado da edição portuguesa de 1975. KROPOTKINE, Pedro. *A Conquista do Pão*. 3 ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1975.

7. Hino nacional russo. (nota original)

O título da obra: *A Conquista do Pão* deve, é claro, ser tomado em um sentido mais amplo, porque “nem só de pão vive o homem”. Em uma época em que os espíritos generosos e arrojados tentam transformar o seu ideal de justiça social em realidade objetiva, as nossas ambições não se limitam à conquista do pão, vinho e o sal. – Queremos conquistar tudo o que é necessário à vida humana e até mesmo a utilidade que forma o conforto da existência; queremos a faculdade de poder assegurar a todos os homens a plena satisfação das suas necessidades e dos seus gozos. Enquanto não fizermos esta primeira “conquista”, enquanto na Terra “houver pobres”, é um gracejo de mau gosto, é uma ironia cruel dar o nome de “sociedade” a este conjunto de seres humanos que se odeiam e se despedaçam como feras encerradas em uma arena.

Logo nos primeiros capítulos da sua obra o autor dá conta das riquezas imensas que a humanidade possui já, da prodigiosa maquinaria adquirida para o trabalho coletivo. Os produtos obtidos em cada ano seriam mais do que suficientes para abastecer de pão, amplamente, a humanidade inteira. E se o capital enorme de cidades e de casas, de terras cultiváveis e de fábricas, de vias de transporte e de escolas, se tornasse propriedade comum em vez de estar detido em propriedade privada, como seria fácil a conquista do bem-estar para todos! As forças de que os homens dispõem seriam então aplicadas, não a trabalhos inúteis ou contraditórios, mas à produção de tudo o que é indispensável à vida, desde o alimento, a habitação e o vestuário, até ao conforto e à cultura das ciências e das artes.

Mas, a reivindicação de todos os bens usurpados à comunidade, isto é, a expropriação, só o comunismo anárquico a pode realizar. E para isso teremos que destruir o governo, rasgar as leis, repudiar a sua moral, desobedecer à autoridade e seguir os estímulos da nossa própria iniciativa, agregando-nos segundo as afinidades, os nossos interesses, o nosso ideal e a natureza dos trabalhos a realizar. Esta questão da expropriação, a mais importante do livro, é também uma das que o autor tratou mais detalhadamente, sobriamente e sem exaltação, é certo, mas com a segurança e a clareza que requer o estudo de uma revolução próxima, já agora inevitável. E só depois desta reviravolta do Estado é que os grupos de trabalhadores, emancipados do jugo dos usurpadores e parasitas, poderão dedicar-se às ocupações atraentes do trabalho livremente escolhido e proceder cientificamente à cultura do solo e à produção industrial, de permeio com as recreações do estudo e o prazer natural da vida.

As páginas do livro que tratam dos trabalhos agrícolas oferecem um interesse digno de especial menção porque recapitularam fatos que

a prática verificou já e que fácil se torna aplicar por toda a parte e em grande escala, para proveito de todos e não, como até hoje, para enriquecimento de alguns.

Há quem fale em “fim de século” para verberar as aberrações e os caprichos da sociedade elegante; mas trata-se agora de uma outra coisa muito diferente do fim de um século. Não é um século que se termina, é uma época, é uma era da história que acabam. É toda a antiga civilização que finda. O direito da força e o capricho da autoridade, a dura tradição judaica e a cruel jurisprudência romana não nos dominam mais. Uma nova fé arde nos nossos cérebros e desde que essa fé – que é ao mesmo tempo a ciência, pulse no coração de todos aqueles que procuram a verdade, da esfera do ideal ela transitará para o mundo das realizações, em harmonia com a mais importante lei histórica segundo a qual a sociedade se modela sucessivamente sobre o seu ideal.

Como poderão os defensores desta ordem arcaica das coisas continuar a mantê-la como até aqui? Sem plano de combate, sem guia nem bandeira, defendem-se ao acaso, opondo à penetração dos inovadores as suas leis e as suas espingardas, a sua polícia brutal e a sua artilharia certa. Nada disto, porém, é capaz de dar equilíbrio a um pensamento, e todo o antigo regime de favor e de compreensão, condenado a desaparecer inevitavelmente, estará reconduzido daqui a pouco, na vertigem da evolução social, a uma espécie de pré-história longínqua.

Evidentemente, a revolução que se prepara, por muito que influa no desenvolvimento da humanidade, não se diferenciará bruscamente das revoluções precedentes: a natureza não dá saltos. Mas pode dizer-se, por milhares de fenômenos e modificações profundas observadas, que a sociedade anárquica saiu há muito do estado embrionário. Pressentimo-la onde quer que o pensamento se liberte da letra do dogma, onde quer que o gênio do investigador despreze as velhas fórmulas, onde quer que a vontade se manifeste por atos independentes, finalmente onde quer que os homens sinceros, rebeldes a toda a disciplina imposta, se reúnam espontaneamente para se instruírem em comum e reconquistarem mutuamente e liberrimamente a sua cota-parte na vida e na satisfação integral das suas necessidades. Tudo isto é a anarquia, inconsciente no fundo, talvez, mas, incontestavelmente, racionalizando-se cada vez mais. E como não há de ela triunfar por si o ideal que a acalenta e a vontade que a estimula, enquanto que os seus adversários, já desiludidos e sem fé, se lançam ao acaso do destino, gritando: “Fim do século! Fim do século!”

A revolução que se anuncia tem que vir inevitavelmente, e o nosso amigo Kropotkin está no seu direito de historiador, considerando-a não só como uma coisa certa, mas já em plena laboração atual, ao expor as suas ideias sobre a reivindicação do bem coletivo devido ao trabalho de todos e fazendo apelo aos tímidos que não ignoram as injustiças que nos dominam, mas que não ousam revoltar-se abertamente contra uma sociedade de que se acham dependentes pelos múltiplos laços dos interesses e da tradição.

Bem sabem eles que a lei é iníqua e mentirosa, que os magistrados são defensores dos fortes e tiranos dos fracos, que a conduta regular da vida e a probidade do trabalho nem sempre são recompensadas pela certeza de ter um bocado de pão garantido, e que a imprudência cínica de agiota e a crueldade insensível do penhorista são melhores armas e de resultados mais eficazes para a “conquista do pão” do que todas as virtudes e a honestidade de caráter. Mas, em vez de harmonizarem os seus pensamentos e bons desejos com o natural estímulo do empreendimento, em vez de conformarem as suas ações no sentido claro da justiça, esses espíritos conscientes do mal, na sua maioria, refugiam-se em uma quietude abstrata e cômoda para escapar dos perigos de uma atitude franca. Tais são, por exemplo, os neo-religiosos que, não podendo já admitir a “fé absurda” de seus pais, se entregam a qualquer mistagogia mais original, sem dogmas precisos e se exaustam em uma embrulhada de sentimentos confusos: – uns espiritistas ou rosa-cruz, outros budistas ou taumaturgos. Pretendidos discípulos de Çakyamouni, mas sem estudarem a doutrina do mestre, esses cavalheiros melancólicos e essas damas vaporosas fingem deste modo procurar a paz no aniquilamento do Nirvana.

Tranquilizem-se, porém, essas “belas-almas” que tão frequentemente apregoam o ideal. Como seres materiais que somos, temos, é certo, a fragilidade de pensar no alimento que tantas vezes nos falta não só a nós, mas a milhões de nossos irmãos, súditos eslavos do czar e a tantos milhões de outros ainda; mas para lá do bem-estar e de todas as riquezas coletivas que nos pode proporcionar a laboração da terra, um mundo novo no qual poderemos amar-nos plenamente e satisfazer esta nobre paixão de ideal que os amantes etéreos do belo, enfasiados da vida material, dizem constituir a sede infinita das suas almas!

Quando não houver nem pobre nem rico, quando o famélico não olhar com inveja o repleto, a amizade desinteressada tornará melhores as relações dos homens e a religião da solidariedade, hoje asfixiada,

substituir-se-á a esta religião vaga e fictícia que cria alucinadamente quiméricas personagens na vacuidade imponderável do céu.

A revolução que sentimos próxima irá ainda muito além do que ela nos promete. Regenerando as forças da vida, resgatar-nos-á das imperfeições com que nos macula o contato da autoridade e das preocupações de dinheiro que tanto amargura e envenena a nossa existência. Só então poderá cada um seguir o caminho que melhor se lhe afigurar: o trabalhador procurando a ocupação que mais lhe agrade, o investigador dedicando-se com o espírito livre aos seus problemas; o artista não prostituindo jamais o seu ideal de beleza pelo ganha-pão cotidiano e de comum acordo, todos amigos, poderemos realizar as grandes coisas entrevistas pelos poetas.

E não de ser lembrados então com amor, os nomes daqueles que, pela sua intensa e dedicada propaganda, – tantas vezes caminho para a prisão ou para o desterro – andaram preparando a sociedade nova. É neles que pensamos ao editar *A Conquista do Pão*.

O seu sofrimento dulcificar-se-á neste testemunho do pensamento comum voando através das grades dos cárceres e pelos países longínquos do exílio. E certamente o autor estará comigo neste oferecimento que faço da sua obra a todos os que sofrem pela nossa causa e sobretudo a um amigo muito querido cuja vida foi – toda ela – um longo combate pela justiça. Não quero pôr aqui o seu nome, mas lendo estas palavras, ele, o amigo querido, mais do que amigo – irmão, adivinhará quem é, escutando as palpitações do seu coração.

A RIQUEZA

I

A humanidade andou bastante desde o tempo em que a pedra lascada lhe servia para fabricar suas armas, para lutar desesperadamente pela existência. Esse período durou milhares e milhares de anos durante os quais o gênero humano acumulou tesouros incomensuráveis. Desbravou o solo, aterrou pântanos, desbastou florestas, abriu estradas, edificou, construiu e raciocinou; arranjou utensílios complicados, arrancou à Natureza os seus segredos, domou o vapor. Hoje, o homem civilizado já ao nascer encontra um capital imenso, acumulado pelos seus antepassados. E é esse capital que lhe permite agora, conjugando o seu trabalho com o dos outros homens, obter tão consideráveis riquezas que deixam a perder de vista os fabulosos tesouros que os orientais sonhavam nos seus contos das *Mil e Uma Noites*.

Parte do solo está pronto para acolher o trabalho do lavrador inteligente e as sementes escolhidas, e enfeitar-se com colheitas deslumbrantes, mais do que o preciso para satisfazer todas as necessidades do homem, pelos meios conhecidos da agricultura.

No solo virgem dos prados da América, 100 homens, munidos de máquinas poderosas, produzem em poucos meses o trigo necessário para o sustento de 10.000 pessoas durante um ano inteiro. Quando o homem quer multiplicar o seu rendimento, prepara o solo, dá às plantações cuidados que lhes convêm e obtém colheitas prodigiosas. E enquanto que outrora tinha o selvagem que apropriar-se de 100km² para sustentar a sua família, o civilizado cria, com incomparavelmente menos trabalho e mais segurança, tudo quanto precisa para sustentar os seus na décima milésima parte desse espaço.

O clima já não é um obstáculo. Falta o sol? O homem o substituiu pelo calor artificial, enquanto não faz também a luz para ativar a vegetação. Com vidro e canalizações de água quente, colhe, em um espaço determinado, 10 vezes maior produção do que antes.

Os prodígios efetuados na indústria são mais admiráveis ainda. Com esses seres inteligentes – as máquinas modernas – fruto de três ou quatro gerações de inventores, na maior parte desconhecidos, 100 homens produzem com que vestir 10.000 homens no espaço de dois anos. Nas minas de carvão bem organizadas, 100 homens extraem cada ano o combustível para aquecer 10.000 famílias sob um inverno rigoroso. E viu-se já uma cidade maravilhosa surgir toda inteira em poucos meses no Campo de Marte, sem haver a menor interrupção nos trabalhos normais da nação francesa.

E se o trabalho dos nossos maiores não aproveita senão sobretudo ao menor número, é todavia certo que a humanidade podia já permitir-se uma existência de riqueza e de luxo, só com os trabalhadores de ferro e de aço que possui.

Sim, sem dúvida, somos ricos, muito mais ricos do que julgamos. Ricos pelo que já possuímos; ainda mais ricos pelo que podemos produzir com o material conhecido. Infinitamente mais ricos pelo que poderíamos retirar do solo, das manufaturas, da nossa ciência e do nosso saber técnico, se tudo isso fosse aplicado com vista ao bem-estar de todos.

II

Nas sociedades civilizadas somos ricos. Como se explica então tanta miséria ao nosso redor? Para que este trabalho pesado que embrutece as massas? Por que a falta de segurança do dia de amanhã? Têm-no dito e repetido a cada momento os socialistas com argumentos colhidos em todas as ciências. Porque tudo o que é necessário à produção: a terra, as minas, as máquinas, as estradas, o alimento, o abrigo, a educação, a ciência foi açambarcado por alguns, durante a vasta história de pilhagem, de êxodos, de guerras, de ignorância e de opressão, que a humanidade viveu antes de aprender a dominar as forças da Natureza.

Porque à sombra de pretendidos direitos ganhos no passado, usurpam hoje dois terços do trabalho humano, que entregam à mais insensata e escandalosa dissipação; porque não tendo as massas com que se manter um mês, nem mesmo oito dias, só permitem que o homem trabalhe, com a condição de lhes deixar tirar a parte do leão; porque não

o deixam produzir quanto é necessário aos outros, mas só o que oferece grandes lucros ao açambarcador.

Todo o socialismo consiste nisso!

Vejam um país civilizado. Os bosques que o cobriam antes foram derrubados, os pântanos aterrados, o clima saneado: tornou-se habitável. O solo, que só dava ervas inúteis, está dando ricas culturas. Os rochedos, que sobrecarregavam os vales, estão cortados em planaltos, onde cresce a vinha. Plantas selvagens que davam um fruto amargo, intragável, transforma-se por seleção em legumes suculentos e em árvores carregadas de frutos deliciosos.

Milhares de estradas e de vias férreas sulcam a terra, atravessam as montanhas; a locomotiva silva nas gargantas dos Alpes, desde o Cáucaso até o Himalaia; os rios tornaram-se navegáveis; as costas cuidadosamente estudadas, são de fácil acesso; portos artificiais dão refúgio aos navios contra o furor do oceano. Em todos os pontos onde se cruzam as estradas surgiram cidades, engrandeceram-se e no seu seio aparecem os tesouros da indústria, da arte, da ciência.

Gerações inteiras, nascidas e mortas na miséria, legaram esta imensa herança ao século XIX.

Em milhares de anos, milhões de homens trabalharam em debastar as florestas, sanear os pântanos, abrir estradas, erguer diques nos rios. Cada hectare do solo que se cultivava na Europa foi regado pelo suor de diversas raças; cada estrada tem um história das fadigas do trabalho humano, dos sofrimentos do povo. Cada légua de estrada de ferro, cada metro de túnel recebeu a sua parte de sangue humano.

Nas minas podem-se contar os homens mortos na força da idade pelo gás, pelos desabamentos ou pelas inundações, e sabe-se quantas lágrimas, quantas privações e misérias sem nome custou à família que vivia do magro salário do mineiro.

Escavai o solo de qualquer cidade e no subsolo encontrareis enterradas outras ruas, casas, teatros, edifícios públicos, tudo devido ao trabalho dos que nela viveram.

E mesmo agora, o valor de cada casa, fábrica ou armazém, é feito do trabalho acumulado de milhões de trabalhadores sepultados sob a terra. Milhões de seres humanos trabalharam para criar esta civilização de que hoje nos glorificamos; outros milhões disseminados na superfície da terra trabalharam para a manter.

Mesmo o pensamento, mesmo a invenção são fatos coletivos nascidos do passado e do presente. Milhares de inventores mortos na miséria prepararam a invenção de cada uma dessas máquinas, em que o homem

admira o seu gênio. Milhares de escritores, poetas e sábios trabalharam na elaboração do conhecimento, para criar a atmosfera do pensamento científico, sem a qual nenhuma das maravilhas do nosso século teria aparecido. Mas todos esses sábios, poetas e filósofos, já tinham sido suscitados pelo trabalho dos séculos anteriores; tinham sido mantidos física e moralmente, por legiões de trabalhadores e artistas de toda a espécie.

Os gênios de Séguin, de Meyer e de Grove fizeram mais para lançar a indústria em novas vias que todos os capitalistas do mundo, mas eles mesmos são tão filhos da indústria como da ciência, não foi preciso que milhares de máquinas a vapor transformassem anualmente, à vista de todos, o calor em força dinâmica e esta força em som, luz e eletricidade; e se nós mesmos temos compreendido estas ideias e soubemos aplicá-las, é porque estávamos preparados pela experiência de cada dia.

Todas as máquinas têm a mesma história de noites em claro e de miséria, de desilusões e de alegrias; melhoramentos parciais achados por diversas legiões de operários desconhecidos que vinham acrescentar ao invento primitivo esses pequenos nada, sem os quais a ideia mais fecunda fica estéril.

Cada descoberta, cada progresso, cada aumento da riqueza da humanidade tem o seu princípio no conjunto do trabalho manual e cerebral do passado e do presente.

Logo, com que direito poderia alguém apossar-se da menor parcela desse imenso patrimônio e dizer: "Isto é meu, não é vosso!"

III

Mas tudo o que, na série das idades, permite aos homens produzir e aumentar a sua força de produção, foi monopolizado por alguns. Um dia contaremos como isso se passou.

Hoje, o solo, que tira o seu valor precisamente das necessidades de uma população sempre em aumento, pertence às minorias, que podem impedir e de fato impedem o povo de cultivá-lo segundo as necessidades. As minas que representam o labor de várias gerações, e que não tiram o seu valor senão das necessidades da indústria e da densidade da população, pertencem também a alguns, e estes diminuem a extração do carvão ou proíbem-na totalmente, se encontram melhor colocação para os seus capitais. Se os netos do inventor, que há 100 anos construiu a máquina de rendas, se apresentassem hoje em uma manufatura de Basileia ou de Nottingham e reclamassem seus direitos, gritar-lhes-iam: "Vão-se

embora, esta máquina não é sua" – e fuzilá-los-iam, se quisessem tomar posse dela.

Se os filhos dos que morreram aos milhares, abrindo as vias e os túneis das estradas de ferro, se apresentassem esfarrapados e famintos a reclamar pão aos acionistas, encontrariam baionetas e metralhadoras para os dispersar e pôr a salvo os direitos adquiridos.

Em virtude desta monstruosa organização, o filho do trabalhador, ao entrar na vida, não encontra nenhum campo que possa cultivar, nenhuma máquina que possa manejar, nenhuma mina que possa explorar, sem ceder a um senhor uma boa parte do que produzir. Deve vender sua atividade em troca de uma ração diária magra e incerta. Seu pai e seu avô trabalharam, desbravando esse campo, edificando essa oficina, aperfeiçoando as máquinas, trabalharam na medida das suas forças, mas ele, ao vir ao mundo, é mais pobre que o último selvagem. Se lhe consentem que se aplique à cultura de um campo, é com a condição de ceder um quarto do produto ao dono e um quarto ao governo e aos intermediários. Se se entrega à indústria, permitem-lhe que trabalhe, aliás nem sempre, mas com a condição de não receber mais que um terço ou metade do produto, devendo o restante ficar com aquele que a lei reconhece como dono da máquina.

Gritamos contra o barão feudal que não consentia que lhe mexessem na terra sem lhe deixar metade da colheita; chamamos a isto época da barbárie, mas se as formas mudaram, as relações ficaram as mesmas; e o trabalhador aceita, porque em parte alguma encontra condições melhores.

Resulta deste estado de coisas que toda a nossa produção é dirigida insensatamente. A empresa não se preocupa com as necessidades da sociedade, apenas procura aumentar os benefícios do empresário. Daí advêm as flutuações contínuas da indústria, as crises em estado crônico, lançando por terra, cada uma, centenas de milhares de trabalhadores.

Não podendo os operários comprar com os seus salários as riquezas que produziram, a indústria procura mercados fora do país, entre os açambarcadores das outras nações. O europeu nestas condições deve aumentar o número dos seus servos. Mas em toda parte encontra concorrentes, visto que todas as nações evoluem no mesmo sentido. E a guerra permanente deve rebentar a favor do direito de primazia nos mercados. Guerras pelas possessões no Oriente, guerras pelo império dos mares, guerra para impor direitos de entrada e ditar condições aos vizinhos; guerras contra os que se revoltam! Na Europa, o canhão nunca está calado, gerações inteiras são massacradas e os Estados gastam em

armamentos um terço das suas receitas – e bem se sabe o que são os impostos e o que custam ao pobre.

A educação é um privilégio. Pode-se lá falar em educação, quando o filho do operário é obrigado a descer à mina aos 13 anos e ajudar seu pai na fazenda? Falar de estudos ao trabalhador, que volta à noite, quebrado por um dia inteiro de trabalho forçado! As sociedades dividem-se em dois campos contrários e, nestas condições, a liberdade torna-se uma palavra vã. O radical pede uma extensão maior das liberdades políticas, enquanto se apercebe que o sopro da liberdade rapidamente conduz ao levantamento dos proletários; e então recua, muda de opinião, e volta às leis de exceção e ao governo do sabre.

Uma legião de autoridades é necessária para manter os privilégios e este mesmo conjunto torna-se a origem de todo um sistema de delações, mentiras, ameaças e corrupção.

Por outro lado, este sistema atrasa o desenvolvimento dos sentimentos sociais. Compreende-se que sem retidão, sem o respeito de si mesmo, sem simpatia e sem auxílio mútuo, a espécie deve definhir, como definham certas espécies animais que vivem de rapina. Mas isto não convém às classes dirigentes, que inventaram, para provar o contrário, uma ciência absolutamente falsa.

Tem-se dito coisas muito bonitas sobre a necessidade de repartir o que se possui pelos que não têm nada. Mas se alguém se lembra de pôr este princípio em prática é logo advertido de que todos estes grandes sentimentos são bons nos livros de poesia, mas não na vida prática.

“Mentir é aviltar-se, rebaixar-se”, dizemos nós, e toda a existência civilizada torna-se uma colossal mentira. Hipocrisia e sofisma tornam-se a segunda natureza do homem civilizado. Mas uma sociedade não pode viver assim; precisa voltar à verdade ou desaparecer.

Assim o simples fato do açambarcamento estende suas consequências sobre o conjunto da vida social. As sociedades humanas são forçadas a voltar aos princípios fundamentais.

Sendo os meios de produção obra coletiva da humanidade, devem regressar à coletividade humana. A apropriação pessoal não é justa nem proveitosa. Tudo é de todos, visto que todos precisam de tudo, visto que todos têm trabalhado na medida das suas forças, e que é materialmente impossível determinar a parte que poderia pertencer a cada um na produção atual das riquezas.

Tudo é de todos! Eis um formidável instrumento que o século XIX criou: eis milhões de escravos de ferro, que nós chamamos máquinas,

e que aplainam e serram; tecem e fiam para nós; que decompõem a matéria-prima e formam as maravilhas na nossa época.

Ninguém tem direito de se apoderar de uma só dessas máquinas e dizer: “É minha, quem quiser servir-se dela há de me pagar um tributo sobre cada um dos seus produtos”, tanto como o senhor da Idade Média não tinha direito de dizer ao cultivador: “Esta colina, este prado são meus e vós pagar-me-eis um tributo sobre os feixes de trigo que colherdes, sobre cada feixe de feno que arrecadardes”.

Tudo é de todos e contanto que o homem e a mulher tragam a sua parcela do trabalho, têm direito à sua parcela de tudo quanto for produzido por todo mundo. E esta parte lhes dará o bem-estar.

Basta dessas fórmulas ambíguas, tais como: “direito ao trabalho” ou “a cada um o produto integral do seu trabalho”. O que nós proclamamos é O DIREITO AO BEM-ESTAR – O BEM-ESTAR PARA TODOS.

O BEM-ESTAR PARA TODOS

I

O bem-estar para todos não é um sonho. É possível, realizável, depois do que os nossos maiores fizeram para tornar fecunda a nossa força de trabalho.

Sabemos, com efeito, que os produtores, que apenas constituem um terço dos habitantes nos países civilizados, já produzem o bastante para levar um certo bem-estar ao seio de cada família. Sabemos, por outro lado, que se todos os que hoje esbanjam o fruto do trabalho alheio fossem obrigados a empregar os seus ócios em trabalhos úteis, a nossa riqueza cresceria em proporção múltipla dos braços produtores. E sabemos, finalmente, que contra a teoria do pontífice da ciência burguesa – Malthus – o homem aumenta a sua força de produção bem mais rapidamente do que a si mesmo se multiplica.

Quanto mais apertados estão os homens em um território, mais rápido é o progresso das suas forças produtivas.

Com efeito, enquanto a população na Inglaterra só aumentou 62% desde 1844, a sua força de produção cresceu, por baixo, em uma proporção dupla, ou seja, 130%. Na França, onde a população aumentou menos, o acréscimo é, entretanto, muito rápido. Apesar da crise em que se debate a agricultura, a ingerência do Estado, o imposto de sangue,

a finança e a indústria, a produção do trigo quadruplicou e a produção industrial mais do que duplicou no correr dos últimos 80 anos. Nos Estados Unidos, o progresso é ainda mais prodigioso: apesar da imigração, ou antes precisamente por causa deste acréscimo de trabalhadores da Europa, os Estados Unidos decuplicaram a sua produção.

Mas estas cifras dão apenas uma ideia bem fraca do que poderia ser, em melhores condições, a nossa produção. Hoje, à medida que se desenvolve a capacidade de produção, o número dos ociosos e dos intermediários aumenta prodigiosamente. Ao contrário do que se dizia antes entre socialistas, que o capital chegaria a concentrar-se em um tão pequeno número de mãos que não haveria mais a fazer senão expropriar alguns milionários para entrar na posse das riquezas comuns, o número dos que vivem à custa do trabalho alheio é cada vez mais considerável.

Na França, não há 10 produtores diretos em 30 habitantes. Toda a riqueza agrícola do país é obra de menos de 7.000.000 de homens e nas duas grandes indústrias, minas e tecidos, contam-se menos de 2.500.000 de operários.

Ainda mais. Os detentores do capital reduzem constantemente a produção, não deixando que se produza. Não falemos já dos tonéis de ostras atiradas ao mar, para impedir que a ostra passe a ser alimento da plebe e deixe de ser a guloseima da gente de posses; não falemos já dos milhares e milhares de objetos de luxo: estofos, alimentos etc. etc., tratados do mesmo modo que as ostras. Lembremos somente a maneira como se limita a produção das coisas necessárias a todos. Exércitos de mineiros desejam trabalhar para mandarem carvão aos que tremem de frio; mas a maior parte do tempo um ou dois terços são impedidos de trabalhar mais de três dias por semana, para manter os altos preços. Milhares de tecelões não podem bater os seus teares, enquanto as mulheres e os filhos só têm farrapos para se cobrirem e três quartas partes dos europeus não têm uma roupa que mereça esse nome.

Das centenas de altos fornos milhares de manufaturas ficam constantemente paradas e nas nações civilizadas há permanentemente uma população de 2.000.000 de indivíduos que não pedem senão trabalho.

Milhões de homens seriam felizes transformando os espaços incultos ou mal cultivados em campos cobertos de ricas searas. Um ano de trabalho inteligente bastaria para levar ao quántuplo o produto de terras que hoje não dão mais de oito hectolitros de trigo por hectare; mas têm que estar ociosos, porque os donos da terra preferem entregar os seus capitais, roubados à comunidade, em especulações financeiras.

É a limitação direta da produção, mas há também a limitação indireta que consiste em gastar o trabalho humano em objetos absolutamente inúteis e destinados a favorecer a tola vaidade humana.

Nem se poderia avaliar em números a que ponto é reduzida a produtividade pelo esbanjamento das forças que poderiam servir para preparar e construir os aparelhos necessários a essa produção. Basta citar os milhões gastos pela Europa em armamentos, sem outro objetivo maior que conquistar mercados para impor a lei econômica aos vizinhos e facilitar a exploração no interior; os milhões pagos por ano aos funcionários de toda a espécie; os milhões pagos aos juizes, às prisões, para propagar pela imprensa ideias nocivas, notícias falsas no interesse de um partido, de um personagem político ou de uma companhia de especuladores.

Ainda mais: mais trabalho se despande ainda em pura perda, em manter a estrebaria, o canil, a criadagem do rico, aqui para corresponder aos caprichos das mundanas, ao luxo depravado da alta sociedade, ali, para impor um artigo de má qualidade. O que estraga deste modo bastaria para duplicar a produção útil ou para guarnecer manufaturas e oficinas que em pouco inundariam os armazéns de tudo o necessário para o abastecimento de tudo quanto carecem duas terças partes da nação.

Disso resulta que, dos que se aplicam aos trabalhos produtivos, uma quarta parte está sem trabalho de três a quatro meses por ano.

Assim, se tomarmos em consideração, por um lado, a rapidez com que as nações civilizadas aumentam sua força produtiva e, por outro lado, os limites traçados a essa produção, conclui-se que seria necessária uma organização econômica que permitisse às nações civilizadas amontoar em poucos anos tantos produtos úteis que chegariam fartamente para toda a gente. Não, o bem-estar para todos não é um sonho... Não é um sonho desde que o homem inventou o motor que, com um pouco de ferro e uns quilos de carvão, lhe dá a força de um cavalo, capaz de pôr em movimento a máquina mais complicada.

Mas para que o bem-estar seja uma realidade é necessário que esse imenso capital: cidades, casas, campos, oficinas, vias de comunicação, deixe de ser considerado propriedade privada de que o açambarcador dispõe ao seu bel-prazer. É preciso que tudo isso, obtido com tanto trabalho, se torne propriedade comum. É preciso uma EXPROPRIAÇÃO.

II

Expropriação, tal é, pois, o problema que a história colocou diante de nós: homens do fim do século XIX. Que retorne à comunidade tudo o que servir para se obter o bem-estar.

Mas este problema não poderia ser resolvido por meio da legislação. Ninguém pensa nisso. Tanto o pobre quanto o rico, compreendem que nem os governos atuais nem os futuros seriam capazes de encontrar uma solução para eles. Sente-se a necessidade de uma revolução social, e ricos e pobres não dissimulam que ela está próxima e que pode rebentar de um dia para o outro.

De onde virá? Como se anunciará? Ninguém o sabe, é o incógnito; mas os que observam e refletem não se enganam. Trabalhadores e explorados, revolucionários e conservadores, pensadores e gente prática, todos sentem que está à porta.

Pois bem! Que faremos quando a revolução tiver rebentado?

Todos nós temos estudado tanto o lado dramático das revoluções e tão pouco a sua obra verdadeiramente revolucionária, que muitos dentre nós vêem nestes grandes movimentos senão a *mise-en-scène*, a luta dos primeiros dias, as barricadas. Mas esta luta, a primeira escaramuça de pressão acaba e é só depois da derrota dos antigos governos que começa a obra real da revolução.

Incapazes e impotentes, atacados por todos os lados, depressa são arrastados pelo sopro da insurreição. Em alguns dias, a monarquia burguesa de 1848 não existia mais e, quando um carro de praça conduzia Luís Felipe para fora da França, já Paris não se importava com o ex-rei. Em algumas horas, desaparecia o governo de Thiers a 18 de março de 1871 e deixava Paris senhora dos seus destinos. Todavia 1848 e 1871 não eram senão insurreições. Ante uma revolução popular, os governos eclipsam-se com uma rapidez surpreendente. Começam por fugir, salvo o direito de conspirarem em outro lugar, tentando preparar um regresso possível.

Desaparecido o antigo governo, o exército, hesitando ante a onda do levante popular, deixa de obedecer aos seus chefes; estes, aliás, também fugiram prudentemente. A tropa, de braços cruzados, torna-se indiferente; ou depondo as armas junta-se aos insurretos. A polícia, braços pendentes, não sabe já se deve combater ou gritar: “Viva a Comuna!” e os guardas-civis metem-se em casa. Os burgueses ricos fazem as malas e escapam-se para lugar seguro. O povo fica. – Eis como se anuncia uma revolução.

Tudo isto é belo e sublime, mas ainda não é a revolução. Pelo contrário, agora é que vai começar a missão do revolucionário.

Haverá, com certeza, vinganças satisfeitas. Alguns Watrin e Tomás pagarão pela sua impopularidade.

Mas isso será um acidente da luta e não da revolução.

Os socialistas governamentais, os radicais, os gênios ignorantes do jornalismo, os oradores de efeito burgueses, ex-trabalhadores, correrão à casa municipal e aos ministérios tomar posse dos lugares abandonados, tomarão os galões de coração alegre, admirar-se-ão nos espelhos ministeriais, ensaiarão para dar ordens com um ar de gravidade à altura das circunstâncias. Precisam de um cinto vermelho, um quepe agalado e um gesto magistral para se imporem ao ex-camarada de redação ou de ateliê. Os outros enterrar-se-ão na papelada com a melhor vontade de perceberem alguma coisa. Redigirão leis, lançarão decretos com palavras bombásticas, que ninguém pensará em executar, justamente por estar em revolução.

Tomarão os nomes de Governo Provisório, de Comitê de Salvação Pública, de Administrador, de Comandante da Municipalidade, de Chefe de Segurança ou o que for. Eleitos ou aclamados, reunir-se-ão em Parlamento ou em Conselhos da Comuna. Ali encontrar-se-ão homens pertencentes a 10, a 20 escolas diferentes, que não são “capelas” pessoais, como se diz muitas vezes, mas que correspondem a maneiras particulares de conceber a extensão, o alcance e o dever da revolução. Partidários de todos os matizes, gente honesta confundindo-se com os ambiciosos: todos apresentando-se com ideias diametralmente opostas, fazendo alianças fictícias para constituir maiorias, disputando, tratando-se de reacionários, de autoridades, de patifes, discutindo asneiras, não publicando senão proclamações pomposas; tomando-se todos a sério, enquanto a verdadeira força do movimento está na RUA.

Tudo isto pode divertir os aficionados do teatro. Mas ainda não é a revolução. Nada está feito.

Entretanto o povo sofre. As oficinas não têm trabalho, os ateliês estão fechados; o comércio não vai. O trabalhador nem mesmo recebe o salário mínimo que ganhava antes; o preço dos gêneros aumenta.

Com esse devotamento heróico que sempre o caracterizou e que chega ao sublime por ocasião das grandes épocas, o povo aguenta. É ele quem exclama em 1848: “Nós pomos três meses de miséria ao serviço da República” enquanto os “representantes” e os senhores do novo governo até ao último, recebiam religiosamente os seus vencimentos! O povo sofre. Com a sua confiança pueril, com a bonomia da massa, espera que, lá em cima, na câmara, no Hotel de Ville, no Comitê de Salvação Públicas, se ocupem dele.

Mas lá em cima pensa-se em tudo, menos nos sofrimentos da multidão. Quando a fome corrói a França em 1793, comprometendo a revolução, quando o povo está reduzido à última miséria; enquanto os

Campos Elísios são cortados por carruagens soberbas, em que mulheres exibem suas roupas luxuosas, Robespierre insiste nos jacobinos para fazer discutir a sua memória sobre a Constituição inglesa! Quando o trabalhador sofre, em 1845, pela suspensão geral da indústria, o governo provisório e a Câmara tagarelam sobre as pensões militares e o trabalho das prisões, sem perguntarem do que vive o povo nesta época de crise. E se é censurável a Comuna de Paris, que nasceu sob os canhões dos prussianos e não durou senão 70 dias, é por não ter compreendido que a revolução comunal não podia triunfar sem combatentes bem alimentados e que com 30 soldos por dia não se pode ao mesmo tempo pelejar nas fortalezas e alimentar a família.

O povo sofre e pergunta: “Que fazer para sair deste caso?”

III

Ora, parece-nos que não há senão uma resposta a esta pergunta:

– Reconhecer e proclamar bem alto que cada um, seja qual for o seu passado, seja qual for a sua força ou a sua fraqueza, suas aptidões ou a sua incapacidade, possui antes de tudo o “direito de viver”?; e que a sociedade deve repartir, entre todos sem exceção, os meios de que dispõe. Reconhecê-lo, proclamá-lo e agir em conformidade com isso!

Fazer de modo que desde o primeiro dia da Revolução o trabalhador saiba que se abre diante dele uma nova era: que desde agora ninguém será obrigado a dormir debaixo das pontes, ao lado dos palácios; a ficar em jejum enquanto houver o que comer; tremer de frio ao lado dos armazéns de peles. Que tudo seja de todos tanto na realidade quanto em princípio, e que enfim na história se produza uma revolução que cuide das “necessidades” do povo antes de lhe dar a lição sobre seus “deveres”.

Isto não se pode fazer com decretos, mas unicamente tomando posse imediata e efetiva de tudo o que é necessário para assegurar a vida de todos. Tal é a única maneira verdadeiramente científica de proceder, a única que seja compreendida e desejada pela massa do povo.

Tomar posse, em nome do povo revoltado, dos depósitos de trigo, dos armazéns que regurgitam de vestuários, das casas habitáveis. Não esbanjar coisa alguma, organizar-se logo para preencher os claros, fazer face a todas as necessidades, satisfazer todas as necessidades, produzir, não mais para dar benefícios a quem quer que seja, mas para fazer viver e desenvolver-se a sociedade.

Fora com essas fórmulas ambíguas como o “direito ao trabalho”, com que lograram o povo em 1848 e que ainda logrará-lo!

Tenhamos a coragem de reconhecer que o bem-estar, desde já possível, deve realizarse a todo o custo.

Quando, em 1848, os trabalhadores reclamavam o direito ao trabalho, organizavam-se ateliês nacionais ou municipais, e mandavam-se os homens penar nesses ateliês à razão de 40 soldos por dia! Quando pediam a organização do trabalho, respondiam-lhes: “Esperem, meus amigos, o governo vai se ocupar disso e por hoje aqui estão 40 soldos. Descanse, rude trabalhador, que penou toda a sua vida”. E enquanto esperavam, apontavam-lhes os canhões. E um belo dia disseram-lhes: “Partam para colonizar a África, senão vamos metralhá-los”.

Muito outro será o resultado se os trabalhadores reivindicarem o “direito ao bem-estar”! Desse modo, proclamam o direito de se apoderarem de toda a riqueza social; de tomar as casas e instalar-se nelas conforme as necessidades da família; de tomar os víveres acumulados e de servir-se deles de modo a conhecer o bem-estar, depois de ter demasiadamente conhecido a fome. Proclamam o seu direito a todas as riquezas – fruto do labor das gerações passadas e presentes – e usam delas de modo a conhecer o que são os altos gozos da arte e da ciência, há muito tempo monopolizados pelos burgueses. E afirmando o seu direito ao bem-estar, declaram o seu direito de decidirem eles mesmos o que deve ser esse bem-estar.

O direito ao bem-estar é a possibilidade de viver como seres humanos e criar os filhos para os fazer membros iguais de uma sociedade superior à nossa, enquanto o direito ao trabalho é o direito de ficar sempre escravo salariado, “burro de carga” governado e explorado pelos burgueses de amanhã. O direito ao bem-estar é a revolução social; o direito ao trabalho é quando muito um degredo industrial.

É tempo de o trabalhador proclamar o seu direito à herança comum e de tomar posse dela.

O COMUNISMO ANARQUISTA

I

Toda a sociedade que tiver rompido com a propriedade privada é obrigada, no nosso entender, a organizar-se em comunismo anarquista. A anarquia conduz ao comunismo, assim como o comunismo leva à anarquia, sendo ambos a expressão da tendência das sociedades modernas para a procura da igualdade.

Houve um tempo em que uma família de camponeses podia considerar o trigo que fazia brotar e os vestidos de lã tecidos no lar como produtos do seu próprio trabalho. Mesmo então esta maneira de ver não era de todo correta. Havia estradas e pontes feitas em comum, pântanos dessecados por um trabalho coletivo, tapumes de sebes que todos conservavam. Um melhoramento nos teares ou na maneira de tingir os tecidos aproveitava a todos nessa época; uma família de camponeses não podia viver senão com a condição de achar apoio, em inúmeras ocasiões, na aldeia ou na comuna.

Mas hoje, neste estado da indústria, em que tudo se entrelaça e se sustenta, em que cada ramo da produção se serve de todos os outros, a pretensão de dar uma origem individual aos produtos é insustentável. Se as indústrias têxteis ou a metalurgia atingiram uma estupenda perfeição nos países civilizados, devem-no ao desenvolvimento simultâneo de muitas outras indústrias grandes e pequenas; à extensão da rede ferroviária, à navegação transatlântica, à destreza de milhões de trabalhadores, a um certo grau de cultura geral de toda a classe operária, enfim, a trabalhos executados de um extremo a outro do mundo.

Como querer avaliar a parte que cabe a cada um nas riquezas que todos ajudamos a acumular?

Colocando-nos neste ponto de vista geral, sintético, da produção, não podemos admitir com os coletivistas que uma remuneração proporcional às horas de trabalho fornecidas por cada um à produção das riquezas possa ser um ideal ou mesmo um passo à frente para esse ideal. Sem discutir aqui se realmente o valor de troca das mercadorias se mede na sociedade atual pela quantidade de trabalho necessário para as produzir, basta dizer, por enquanto, que o ideal coletivista nos parece irrealizável em uma sociedade que considerasse os instrumentos de produção como um patrimônio comum. Baseada neste princípio, ela ver-se-ia forçada a abandonar desde logo toda a forma de salariado.

Estamos persuadidos de que o individualismo atenuado do sistema coletivista não poderia existir ao lado do comunismo parcial da posse, por todos, do solo e dos instrumentos de trabalho. Uma nova forma de posse requer uma nova forma de retribuição. Uma nova forma de produção não poderia manter a antiga forma de consumo, como não poderia acomodar-se às antigas formas de organização política.

O salariado nasceu da apropriação pessoal do solo e dos instrumentos de produção por alguns. Era a condição necessária para o desenvolvimento da produção capitalista: morrerá com ela, mesmo que se quisesse disfarçá-la sob a forma de “cupons de trabalho”. A

posse comum dos instrumentos de trabalho trará necessariamente o gozo em comum dos frutos do labor comum.

Sustentamos além disso que o comunismo não só é desejável, mas que as sociedades atuais fundadas sobre o individualismo são mesmo “continuamente forçadas a marchar para o comunismo”.

Com efeito, a par desta corrente individualista, vemos em toda a história moderna a tendência de uma parte a conservar o que resta do comunismo parcial da Antiguidade e de outra parte a restabelecer o princípio comunista em inúmeras manifestações da vida.

Desde que as comunas dos séculos X, XI e XII conseguiram emancipar-se do senhor, laico ou religioso, deram imediatamente grande extensão ao trabalho em comum e ao consumo em comum.

A cidade (não os particulares) fretava navios e expedía as suas caravanas para o comércio distante, cujo benefício revertia a todos, não aos indivíduos. Também comprava as provisões para os habitantes. Os vestígios destas instituições mantiveram-se até ao século XIX e os povos nas suas lendas conservaram-lhes piedosamente a lembrança.

Tudo isso desapareceu, mas a comuna rural ainda luta para manter os últimos vestígios desse comunismo e consegue-o, enquanto o Estado não vier atirar a sua espada sobre a balança.

Ao mesmo tempo, novas organizações baseadas no mesmo princípio: “a cada um conforme as suas necessidades”, surgem sob diversos aspectos, porque sem uma certa dose de comunismo as sociedades atuais não poderiam viver. Apesar do tom estreitamente egoísta dado aos espíritos pela produção mercantil, a tendência comunista revela-se a cada instante e penetra nas nossas relações sob todas as formas.

A ponte, cuja passagem antes era paga, tornou-se monumento público. A estrada calçada, que antes se pagava a tanto por légua, já não existe senão no Oriente. Os museus, as bibliotecas livres, as escolas gratuitas, as refeições comuns das crianças, os parques e jardins abertos a todos, as ruas calçadas e iluminadas, livres para todo o mundo, a água distribuída em domicílio com tendência geral de não se olhar para a quantidade consumida são todas instituições fundadas no princípio: “Tomai o que precisardes”.

Os bondes e as estradas de ferro introduzem já a assinatura mensal ou anual, sem ter em conta o número de viagens, e, recentemente, uma nação inteira, a Hungria, introduziu na sua rede de estradas de ferro o bilhete por zonas, que permite percorrer 500 ou 1.000 quilômetros pelo mesmo preço. Em todas estas inovações e muitas outras, a tendência é para não medir o consumo. Eis os fenômenos que se mostram até nas nossas sociedades individualistas.

A tendência, embora ainda tão fraca, é de pôr as necessidades do indivíduo acima da avaliação dos serviços que prestou ou que prestará um dia à sociedade. Chega-se a considerar a sociedade como um todo, de que cada parte está tão intimamente ligada às outras, que o serviço prestado a certo indivíduo é um serviço prestado a todos.

Na visita a uma biblioteca pública, o bibliotecário não pergunta quais os serviços prestados à sociedade, para dar o volume ou os 50 volumes pedidos e ainda ajuda a quem não sabe procurá-los no catálogo. Mediante uma taxa de entrada uniforme, e muitas vezes é uma contribuição em trabalho, que se refere, a sociedade científica abre os seus museus, os seus jardins, a sua biblioteca, as suas festas anuais a cada um dos seus membros, seja ele um Darwin ou um simples amador.

Em Petersburgo, se se estuda uma invenção, basta ir a um ateliê especial, onde lhe dão um lugar, ferramentas de marceneiro, um torno mecânico, todos os utensílios necessários, todos os instrumentos de precisão, contanto que se saiba manejá-los, e deixam trabalhar tanto quanto se quiser. Aí estão os instrumentos! Interessem amigos na sua ideia, associem-se com outros camaradas de diversos ofícios se não preferem trabalhar sós, inventem a máquina de aviação ou não inventem nada, isso é lá com vocês. Os marinheiros de um barco de salvamento não pedem os seus títulos aos tripulantes de um navio que se afunda; lançam a embarcação, arriscam a vida nas ondas furiosas, morrendo às vezes, para salvarem homens que nem conhecem. E para que era preciso conhecê-los? Precisam dos nossos serviços, há aí seres humanos, é quanto basta, está estabelecido o seu direito – Salvemo-los.

Eis a tendência eminentemente comunista que se mostra em toda a parte sob todos os aspectos possíveis – mesmo no seio das nossas sociedades que pregam o individualismo.

Submetida uma cidade a um cerco, o primeiro cuidado dos cercados é que as primeiras provisões a fazer são as dos velhos e das crianças, sem se indaga dos serviços que prestaram ou prestarão à sociedade.

A tendência existe. Acentua-se desde que as precisões mais imperiosas de cada um estão satisfeitas, à medida que a força produtora da humanidade aumenta.

Como, pois, duvidar que o dia em que os instrumentos de produção fossem devolvidos a todos, em que as tarefas se fizessem em comum e o trabalho, recobrando então o lugar de honra na sociedade, produzisse mais do que o necessário para todos – como duvidar que esta tendência (já tão poderosa) alargasse a esfera de ação até tornar-se mesmo o princípio da vida social?

Segundo estes indícios, somos de opinião que a nossa primeira obrigação, quando a revolução tiver quebrado a força que sustenta o sistema atual, será realizar imediatamente o comunismo: comunismo anarquista, bem entendido, sem governo – o comunismo dos homens livres. É a síntese dos dois fins visados pela humanidade: liberdade econômica e liberdade política.

Sabemos que nenhum povo está por enquanto moralmente preparado para proclamar a anarquia e viver nela, tendo o cidadão as necessárias virtudes para viver dentro do seu direito, sem violar os direitos alheios. Essas virtudes há de serem adquiridas pelo povo mediante o ensino e o exemplo dos homens superiores que buscam o advento do anarquismo, isto é, da liberdade absoluta, tendo só a restringi-la a liberdade dos outros. Não se diga que o anarquismo trará a liberdade do crime. O criminoso convicto não ficará impune: em uma sociedade anárquica, o povo reunido constituirá um tribunal de única instância, que julgará sem recurso e executará ele mesmo as suas sentenças.

Vê-se na história que, cada vez que o desenvolvimento das sociedades européias o permitia, elas sacudiam o juízo da autoridade e esboçavam um sistema baseado na liberdade individual; e sempre que os governos foram abalados em resultado de revoltas, foram épocas de súbito progresso econômico e intelectual.

Umás vezes é a libertação das comunas, cujos feitos não foram depois superados, outras vezes é a sublevação dos camponeses que faz a “Reforma” e põe em perigo o papado; outras vezes são as sociedades livres, criadas do outro lado do Atlântico pelos descontentes vindos da velha Europa.

E se observarmos o presente desenvolvimento das nações civilizadas, aí vemos sem risco de nos enganarmos, um movimento cada vez mais acentuado para limitar a esfera de ação do governo e deixar mais liberdade ao indivíduo.

Depois de haver tentado longamente e sem resultado resolver o problema insolúvel de se criar um governo “que possa obrigar o indivíduo à obediência, sem deixar ele mesmo de obedecer à sociedade”, a humanidade tenta livrar-se de toda a espécie de governo e satisfazer suas necessidades de organização pelo livre entendimento entre indivíduos e grupos que visam ao mesmo fim.

Tudo o que antes era considerado como função do governo é-lhe hoje disputado: tudo se arranja melhor e mais facilmente sem a sua intervenção. Estudando os progressos feitos nesta direção, somos levados a concluir que a humanidade tende a reduzir a zero a ação dos gover-

nos, isto é, a abolir o Estado. Já podemos entrever um mundo onde o indivíduo, não mais ligado por leis, só terá hábitos sociais, resultado da necessidade de procurar o apoio, a cooperação e a simpatia dos vizinhos.

Certamente uma sociedade sem Estado suscitará tantas objeções quanto a economia política sem capital privado. Todos nós fomos educados, desde as tradições romanas e as ciências professadas nas universidades, a crer no governo e no Estado-Providência.

Para manter esse preconceito, elaboraram-se sistemas de filosofia; teorias da lei são redigidas com o mesmo fim. Toda a política se baseia neste princípio e cada político, de qualquer partido, vem sempre dizer ao povo: "Dai-me o poder, eu quero e posso libertar-vos das misérias que vos oprimem".

Abram qualquer livro de sociologia, de jurisprudência, acharão sempre o governo tomando um lugar tão grande que chegamos a crer que não há nada fora do governo e dos homens de Estado.

A imprensa repete a mesma cantilena. Consagram-se colunas inteiras aos debates parlamentares, às intrigas dos políticos, deixando espaço quase nulo para assuntos econômicos e a casos do dia a dia.

Entretanto, desde que se passa da matéria impressa à própria vida, fica-se espantado da parte infinitesimal que o governo aí representa. Já Balzac havia notado os milhões de seres que passam a vida inteira sem nada saberem do Estado, senão os pesados impostos que lhes fazem pagar. Fazem-se milhões de transações cada dia, entre as quais as do comércio, de tal maneira que nem o governo poderia ser invocado quando uma das partes tivesse vontade de faltar ao seu compromisso. Qualquer trabalhador do comércio sabe que as trocas operadas a cada dia entre comerciantes seriam de uma inutilidade absoluta se não tivessem por base a confiança mútua, o hábito de cumprir a palavra e o desejo de não perder o crédito.

Outro fato ainda se faz notar melhor em favor das nossas ideias: é o aumento contínuo dos empreendimentos, devidos à iniciativa particular, e o desenvolvimento prodigioso dos agrupamentos livres de todo gênero. Estas organizações livres são um resultado tão necessário do acréscimo contínuo das necessidades do homem civilizado e substituem tão vantajosamente a intervenção do governo, que devemos reconhecer nelas um fator cada vez mais importante na vida das sociedades.

A história dos últimos 50 anos fornece a prova viva da impotência do governo representativo para desempenhar as funções com que o quiseram sobrecarregar. Um dia há de citar-se o século XIX como a época do fracasso do parlamentarismo. Mas esta impotência torna-se tão evi-

dente para todos, as faltas do parlamentarismo e os vícios fundamentais do parlamentarismo são tão evidentes, que os poucos pensadores que lhe têm feito a crítica (J. S. Mill, Levardays) têm-se contentado com traduzir o descontentamento dos povos. Com efeito, não se concebe que é absurdo nomear alguns homens e dizer-lhes: "Façam para nós leis sobre todas as manifestações da nossa vida, mesmo que algum de vocês as ignore?"

A união postal internacional, as uniões de estradas de ferro, as sociedades sábias dão-nos o exemplo de soluções achadas pelo livre entendimento em lugar da lei.

Hoje, quando grupos espalhados em todo o globo querem chegar a organizar-se para qualquer fim, não nomeiam um parlamento internacional de deputados "bons para tudo", dizendo-lhes: "Votem as leis, nós obedeceremos". Envia-se delegados conhecedores da questão especial a tratar e diz-se-lhes: "Tratem de entrar em acordo sobre tal questão e voltem, não com uma lei no bolso, mas com uma proposta de acordo que aceitaremos ou rejeitaremos".

É assim que deverá agir uma sociedade livre. Para fazer a expropriação, será absolutamente impossível organizar-se sobre o princípio da representação parlamentar.

Uma sociedade livre, reentrando na posse da herança comum, deverá buscar no livre agrupamento e na livre federação dos grupos uma organização nova, que convenha à fase econômica nova da história. A cada fase econômica corresponde a sua fase política e será impossível tocar na propriedade sem olhar ao mesmo tempo um novo modo de vida político.

A EXPROPRIAÇÃO

I

Contam que em 1848, Rothschild, vendo-se ameaçado na sua fortuna pela Revolução, inventou esta farsa: "Quero admitir que a minha fortuna fosse adquirida à custa dos outros, mas dividida por tantos milhões de europeus cabia um marco a cada um. Pois bem, obrigo-me a restituir a cada um o seu marco, logo que me seja pedido."

Dito isto e publicado, o nosso milionário passeava tranquilamente nas ruas de Frankfurt. Três ou quatro transeuntes pediram-lhe o seu

marco e ele desembolsou-o com um sorriso sarcástico. A família do milionário está ainda de posse dos seus tesouros.

É pouco mais ou menos assim que raciocinam as fortes cabeças da burguesia, quando nos dizem: – “Ah! A expropriação? Estou de acordo. Tirem de todos os seus paletós, ponham-nos em um monte e cada um vá tirar um, embora tenha que brigar pelo melhor!”

É uma brincadeira de mau gosto. O que queremos não é amontoar os paletós para depois os distribuir, embora os que tiritam de frio sempre tivessem alguma vantagem. Também não é repartir os marcos de Rothschild. É organizar-nos de modo que a cada ser humano que vem ao mundo seja assegurado, em primeiro lugar, aprender um trabalho produtivo e se habituar a ele; depois, poder fazer esse trabalho sem patrão e sem pagar açambarcadores da terra e das máquinas a parte do leão sobre tudo o que produzir.

Quanto às riquezas dos Rothschilds e dos Vanderbilts, elas nos servirão para organizar melhor a nossa produção em comum.

No dia em que o trabalhador do campo puder lavar a terra sem pagar metade do que produz; em que as máquinas necessárias para preparar a terra para as grandes colheitas estiverem com profusão à disposição dos cultivadores, o operário de oficina produzir para a comunidade e não para o monopólio, os trabalhadores não andarão esfarrapados e não haverá mais Rothschilds e outros exploradores. Ninguém terá de vender o seu trabalho por um salário que represente só uma parte do que produziu.

Dirão: “Mas virão Rothschilds de fora. Podem impedir que venha estabelecer-se entre vós um indivíduo que juntou milhões na China, que se rodeie de trabalhadores salarizados, que os explore e enriqueça à sua custa? Farão a revolução em toda a Terra ao mesmo tempo? Ou estabelecerão alfândegas nas fronteiras para revistar os que chegam e apreender o ouro que trouxeram? – Guardas anarquistas abrindo fogo sobre quem passa há de ser engraçado.”

Há aí em erro grosseiro. Ninguém jamais quis saber de onde vêm as fortunas dos ricos. Um pouco de reflexão basta para mostrar que a origem dessas fortunas é a miséria dos pobres.

Onde não houver miseráveis, não haverá mais ricos para os explorarem.

É na Idade Média que as grandes fortunas começam a surgir.

Um barão feudal apoderou-se de um fértil vale. Mas enquanto esta campina não está povoada, o barão não é nada rico. A terra nada lhe

rende, é o mesmo que possuir bens na lua. Que vai fazer o barão para se enriquecer? Procurará camponeses.

Entretanto se cada agricultor tivesse um cantinho de terra livre de todo o encargo, os utensílios e o gado necessário para a lavoura, quem iria desbravar as terras do barão? Cada um ficaria em sua casa. Mas existem populações inteiras de miseráveis. Uns foram arruinados pelas guerras, secas, pestes; não têm cavalo nem arado (o ferro na Idade Média era caro, mais caro ainda o cavalo de lavoura).

Todos os miseráveis buscam melhores condições. Um dia vêm na estrada, no limite das terras do barão, um poste indicando por sinais compreensíveis que o lavrador que vier estabelecer-se nessas terras receberá terra, instrumentos e materiais para edificar sua cabana, semear o seu campo sem pagar nada durante um certo número de anos. Este número de anos é marcado com cruces no poste, e o camponês sabe o que significam as cruces. Então os miseráveis afluem às terras do barão, abrem estradas, dessecam pântanos, criam aldeias. Em nove anos o barão impõe-lhes uma renda, paga-se dos adiantamentos cinco anos mais tarde, o lavrador aceita estas novas condições, porque em outra parte não as acharia melhores. E, pouco a pouco, com a ajuda da lei feita pelos senhores, a miséria do camponês torna-se a nascente riqueza do patrão.

Passava-se isto na Idade Média e passa-se ainda hoje. O camponês tem de pagar 1.000 francos ao senhor visconde que quiser vender-lhe um campo, ou pagar uma renda onerosa que lhe leva o terço do que produz. Ele nada tem e é forçoso que aceite todas as condições, contanto que possa viver cultivando o solo.

Em pleno século XIX, como na Idade Média, é ainda a pobreza do camponês que faz a riqueza dos proprietários de terras.

II

O proprietário da terra enriquece-se com a miséria dos camponeses. O mesmo acontece com o empresário industrial.

Vemos um burguês que de uma maneira ou de outra possui um pecúlio de 500.000 francos. Pode certamente despender o seu dinheiro à razão de 50.000 francos por ano – muito pouco, aliás, perto do luxo fantasista, insensato que vemos em nossos dias. Mas assim, no fim de 10 anos nada tem. Assim, como homem “prático”, ele prefere guardar intata a sua fortuna e arranjar ainda por cima um pequeno rendimento anual.

É muito simples na nossa sociedade, porque as cidades estão cheias de trabalhadores que não têm de que viver um mês, nem mesmo 15 dias. O burguês monta uma oficina: os banqueiros ainda lhe emprestam 500.000 francos, sobretudo se tem a reputação de esperto; e com o seu milhão poderá fazer trabalhar 500 operários.

Se nos arredores não houvesse senão homens e mulheres com a existência garantida, quem iria trabalhar para o burguês? Ninguém consentiria em lhe fabricar por três francos diários mercadorias que valiam cinco ou mesmo 10 francos. Hoje é diferente. A oficina nem está acabada ainda e já os trabalhadores acodem para tomar lugar. Precisa-se de 100 e vêm 1.000. E o patrão, se não é um imbecil, embolsará por ano 1.000 francos de cada trabalhador.

Assim o patrão arranja um bom rendimento e, se a indústria é lucrativa, sua oficina cresce pouco a pouco e eleva as suas rendas aumentando o número de operários que explora.

Nove décimos das fortunas colossais dos Estados Unidos são devidos a alguma grande falcatura feita com a participação do Estado. Na Europa acontece outro tanto. Não há outra maneira de se tornar milionário.

É desnecessário falar das pequenas fortunas atribuídas pelos economistas à economia, pois a economia por si só não rende nada enquanto os saldos poupados não se aplicam a explorar os mortos de fome.

Vejamos um sapateiro. O seu trabalho é bem pago, tem uma boa clientela e, à força de privações, chegou a pôr de parte dois francos por dia, 50 francos por mês. Admitamos que nunca esteja doente e que coma bem, apesar da sua gana em economizar, que não se case ou não tenha filhos e que não morra tuberculoso.

Pois bem, chegando aos 50 anos não pôs de parte nem 15.000 francos e, chegando à velhice, não terá com que viver se não puder trabalhar. Certamente não é assim que se fazem fortunas.

Mas vejamos outro sapateiro.

Assim que tiver posto uns soldos de parte, leva-os cuidadosamente à caixa econômica e esta empresta-os ao burguês que vai montar uma exploração de pés descalços. Depois toma um aprendiz filho de um miserável, que se julgará muito feliz se no fim de cinco anos o filho sabe o ofício e chega a ganhar a sua vida. O aprendiz dará lucro ao sapateiro e, se este tem clientela, breve tomará outro aprendiz e depois ainda outro.

Mais tarde terá três operários miseráveis, felizes por ganhar três francos diários por um trabalho que vale pelo menos seis. Se tem sorte, ou antes se é esperto, em breve esse pessoal render-lhe-á 20 francos por dia, além do seu próprio trabalho, e poderá deixar à família um pequeno pecúlio.

O comércio apenas “parece” fazer exceção à regra. Dirão: “um sujeito compra chá na China, importa-o na França e ganha 30%: não explorou ninguém.”

Entretanto o caso é análogo.

Se o homem tivesse transportado o chá às costas, então sim! Era precisamente assim que se comerciava na Idade Média, mas nunca se chegava às surpreendentes fortunas de hoje. Agora o método é mais simples. O negociante que possui capital não precisa sair do seu escritório para enriquecer. Telegrafa a um comissionista uma ordem de comprar 100 toneladas de chá, freta um navio e em poucas semanas tem o carregamento em casa. Não corre os riscos do transporte porque o chá e o navio estão segurados e se despendeu 100.00 francos, recolherá 130.000.

Como achou homens que se decidiram a ir à China e voltar, suportar fadigas, arriscar a vida por um magro salário? Como achou nas docas carregadores e descarregadores, pagando-lhes justamente o necessário para não morrerem de fome enquanto trabalhavam? Porque são miseráveis. Vão a um porto de mar, visitem os cafés da praia, observem esses homens que batem às portas das docas, que assediam desde madrugada para serem admitidos a trabalhar nos navios. Vejam esses marinheiros, felizes de serem contratados para uma viagem longínqua depois de esperar semanas e meses; passaram toda a vida de uns navios para outros até perecerem um dia nas ondas.

Entrem nos seus abrigos, considerem essas mulheres e essas crianças esfarrapadas, que vivem não se sabe como, esperando o pai e terão a resposta.

Digamos, portanto, o que é a expropriação. A expropriação deve recair sobre tudo o que permite, seja a quem for – banqueiro, industrial ou cultivador – apropriar-se do trabalho alheio. A fórmula é simples e compreensível.

Não queremos despojar ninguém do seu paletó, mas queremos restituir aos trabalhadores tudo o que permite a quem quer que seja que os explore, e faremos todos os esforços para que, não faltando nada a ninguém, não haja um único homem que seja forçado a vender os seus braços, dele e de seus filhos.

III

Dizem-nos muitas vezes os nossos amigos a propósito da ideia anarquista: “Cuidado para não ir demasiado longe! A humanidade não se modifica em um dia, não é bom ir muito depressa em projetos de expropriação e de anarquia, ou arriscareis nada fazer de durável.” Pois bem, o que nós tememos, pelo contrário, é a expropriação em uma escala muito pequena para ser duradoura; que o impulso revolucionário pare a meio caminho; que se esgote em meias medidas que não contentariam ninguém e que, ainda que produzindo um abalo extraordinário na sociedade e uma suspensão das suas funções, não fossem entretanto viáveis, semeassem o descontentamento geral e trouxessem fatalmente o triunfo da reação.

Há, com efeito, nas nossas sociedades, relações estabelecidas que são impossíveis modificar, tocando-lhes só em parte. As diversas engrenagens da nossa organização econômica estão tão intimamente ligadas entre si, que não se pode modificar uma sem modificar o conjunto; isto se perceberá desde que queiramos expropriar seja o que for.

Suponhamos que em uma região qualquer se faça uma expropriação restrita, limitando-se por exemplo a expropriar os grandes senhores de terras, sem tocar nas oficinas, como queria há pouco Henry Georges; que em tal cidade se expropriem as casas sem pôr os gêneros em comum; ou que em certa região industrial se expropriem as fábricas sem tocar as grandes propriedades em terras: o resultado será em todos os casos o mesmo, abalo imenso da vida econômica, sem meios de organizar essa vida econômica em bases novas. Paralisação da indústria e das permutas, sem regresso aos princípios de justiça, impossibilidade de a sociedade reconstituir um todo harmônico.

Se o agricultor se liberta do grande proprietário de terras sem que a indústria se liberte do capitalista industrial, do comerciante e do banqueiro, não há nada feito. O cultivador sofre não só por ter de pagar rendas ao dono do solo, mas padece do conjunto das condições atuais: padece do imposto que paga ao industrial, que lhe leva três francos por uma enxada que não vale mais de 15 soldos; das taxas que lhe leva o Estado, que não dispensa um exército de funcionários; das despesas de conservação do exército que mantém o Estado. O agricultor sofre com a despovoação dos campos, cuja mocidade é arrastada para as manufaturas das grandes cidades seja pelo engodo de salários maiores, pagos temporariamente pelos produtores de objetos de luxo, seja pelo atrativo

de uma vida mais movimentada, sofre ainda pela proteção artificial da indústria, da exploração mercante dos países vizinhos, da agiotagem etc. E quando mesmo a expropriação permitisse a todos cultivarem a terra e fazê-la valer sem pagar rendas a ninguém, a agricultura – mesmo quando tivesse um momento de bem-estar, o que ainda não está provado, recairia bem cedo no marasmo em que se encontra hoje.

O mesmo com a indústria. Entregai amanhã as indústrias aos trabalhadores, fazei o que se fez com um certo número de camponeses que se fizeram proprietários da terra. Suprimam o patrão mas deixem a terra ao senhor, o dinheiro ao banqueiro, a Bolsa ao comerciante, conservem na sociedade a massa de ociosos que vivem do trabalho do operário, conservem os muitos intermediários, o Estado com seus inumeráveis funcionários – a indústria não marchará. Não achando mais compradores na massa dos camponeses que ficaram pobres, não possuindo a matéria-prima e não podendo exportar os seus produtos, em parte por causa da suspensão do comércio e sobretudo por efeito da descentralização das indústrias, só poderá vegetar, abandonando os operários no meio da rua; e esses batalhões de famintos estarão prontos a submeter-se ao primeiro intrigante que lhe aparecer, ou mesmo a voltar ao antigo regime, contanto que se lhes garanta a mão-de-obra.

Ou expropriem os donos da terra e entreguem as fábricas aos trabalhadores, mas sem tocar nas nuvens de intermediários que especulam sobre as farinhas e os trigos, as carnes e as especiarias nos grandes centros, ao mesmo tempo que escoam os produtos das nossas manufaturas. Pois bem, logo que o escândalo parar e os produtos não circularem, logo que Paris não tiver pão e Lyon não tiver compradores para as suas sedas, a reação voltará terrível marchando sobre os cadáveres, metralhando nas cidades e nos campos, fazendo orgias de execuções e de deportações, como fez em 1815, 1848 e 1871.

Tudo é solidário nas nossas sociedades e é impossível reformar o que quer que seja sem derrubar o conjunto.

No dia em que se tocar na propriedade particular sob uma das formas – agrícola ou industrial, tem de se tocar em todas as outras. Assim o exigirá o sucesso da Revolução. Além disso, a expropriação não poderia ser senão geral; uma expropriação parcial não se compreenderia.

Alguns socialistas têm procurado estabelecer uma distinção. “Expropriem-se o solo, o subsolo, a oficina, a manufatura, isso queremos nós”, dizem eles. São instrumentos de produção e seria justo ver aí uma propriedade pública. Mas há, além disso, os objetos de consumo: o ali-

mento, o vestuário, a habitação, que se devem considerar propriedade particular.

O bom senso popular deu razão a esta distinção sutil. Com efeito, nós não somos selvagens para vivermos no bosque sob um abrigo de ramos; o europeu que trabalha precisa de um quarto, de uma casa, de uma cama e de louça.

A cama, o quarto, a casa, são lugares de ócio para aquele que nada produz. Mas para um trabalhador, uma câmara aquecida e com luz é tanto um instrumento de produção como a máquina e a ferramenta. É o lugar de reparação de seus músculos e de seus nervos, que amanhã se gastarão no trabalho. O descanso do produtor é a limpeza da máquina.

Os economistas nunca se lembraram de dizer que o carvão, que se queima em uma máquina, não deva ser contado entre os objetos tão necessários à produção como matéria-prima. Como é pois que o alimento, sem o qual a máquina humana não poderia fazer nenhum esforço, poderá ser excluído dos objetos indispensáveis ao produtor?

A refeição copiosa e superior do rico é bem um dispêndio de luxo. Mas a refeição do produtor é um dos objetos indispensáveis à produção, pela mesma razão que o carvão queimado pela máquina a vapor.

O mesmo ocorre com o vestuário. Se os economistas que fazem tal distinção entre objetos de produção e objetos de consumo andassem de tanga como os selvagens da Nova Guiné, então compreenderíamos suas objeções. Mas indivíduos que não podem escrever uma linha sem terem uma camisa sobre o tronco estão em mau terreno para fazerem uma tamanha distinção entre a sua pena e a sua camisa. E se os vestidos ostentados pelas suas senhoras são bem objetos de luxo, há todavia uma certa quantidade de tecido, algodão ou lã, que o produtor não pode dispensar para produzir.

Queira ou não, é assim que o povo entende a revolução. Quando tiver varrido os governos, ele buscará, antes de tudo, garantir para si um alojamento saudável, uma alimentação suficiente e vestuário sem pagar impostos.

E terá razão. O seu modo de agir será infinitamente mais de acordo com a ciência que a dos economistas, que fazem tanta distinção entre os instrumentos de produção e os artigos de consumo. Compreenderá que é precisamente por aí que a Revolução deve começar e lançará os fundamentos da verdadeira ciência econômica, que possa reclamar o título de ciência e que se poderia definir como: “Estudo das necessidades da humanidade e dos meios econômicos de as satisfazer”.

Se a próxima revolução deve ser uma revolução social, há de distinguir-se das sublevações precedentes, não só pelo seu objeto, mas ainda pelos seus processos. Um objeto novo requer processos novos.

Os três grandes movimentos populares que vimos na França há um século diferem entre si em muitas coisas, mas têm todos um traço comum.

O povo bate-se para derrubar o antigo regime. Depois de dar o golpe decisivo, retorna à sombra. Constitui-se um governo de homens mais ou menos honestos e é ele que se encarrega de organizar: em 1793, a república, em 1848, o trabalho, em 1871, a Comuna.

Saturado de ideias jacobinas, este governo ocupa-se, antes de tudo, de questões políticas, reorganização da máquina do poder, limpeza da administração, separação da Igreja e do Estado, liberdades cívicas e assim por diante.

É certo que os clubes operários vigiam os novos governantes. Impõem muitas vezes as suas ideias. Mas, mesmo nesses clubes, sejam os oradores burgueses ou trabalhadores, a ideia burguesa é sempre a que domina. Fala-se muito de questões políticas e se esquece do pão. Emitem-se, nessas épocas, grandes ideias, ideias que agitaram o mundo, pronunciaram-se palavras que ainda fazem bater os nossos corações a um século de distância.

Mas nos subúrbios faltava pão!

Desde que a revolução rebentava, o trabalho faltava sempre. A circulação dos produtos parava, os capitais sumiam-se. Nessas épocas, o patrão não tinha absolutamente nada a temer. A penúria anunciava-se.

A miséria fazia a sua aparição – uma miséria como nunca se tinha visto no antigo regime. “São os Girondinos que nos fazem passar fome”, diziam pelas ruas em 1793. E guilhotinavam os Girondinos. Davam-se plenos poderes a Montagne, na Comuna de Paris. Em Lyon, Fouché e Collot d’Herbois, iam criando os celeiros de abundância; mas para os encher apenas se dispunha de somas ínfimas. As municipalidades cansavam-se para arranjar trigo – enforcavam os padeiros que monopolizavam as farinhas – mas o pão faltava sempre.